

NOTAS EXPLICATIVAS AO QUADRO GERAL DE CREDORES

Data-base: 30 de novembro de 2020

Referências Legais e Normativas para estas Notas Explicativas

- **Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966:** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros. Regulamentado pelo **Decreto nº 60.459, de 13/03/1967**.
- **Lei nº 6.024, de 13/03/1974:** Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras (é aplicável subsidiariamente às seguradoras por força do Art. 26 e do Art. 72, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 73/1966).
- **Lei nº 10.406, de 10/01/2002:** Código Civil.
- **Lei nº 11.101, de 09/02/2005:** Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (é aplicável subsidiariamente à liquidação extrajudicial das seguradoras).
- **Lei nº 13.105, de 16/03/2015:** Código de Processo Civil.
- **Resolução CNSP nº 395/2020:** sobre a liquidação extrajudicial das seguradoras.
- **Instrução SUSEP nº 93/2018:** Manual do Liquidante.

Informações Gerais, Procedimentos, Recursos e Impugnações

1. O Quadro Geral de Credores (QGC) ora publicado, de data-base Novembro/2020, ainda possui caráter geral **provisório** (Art. 79 da Instrução SUSEP nº 93/2018), tendo em vista que foram homologadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP_ somente as categorias **C – Créditos Trabalhistas** e **E – Créditos Tributários e Equiparados**, as quais não foram objeto de impugnações ainda não apreciadas.
2. Na data-base de Novembro/2020, constam:
 - 400 **pedidos de habilitação** em análise interna, conforme Anexo I;
 - 04 **recursos** em análise interna ou pela SUSEP, conforme Anexo II;
 - 11 **impugnações** em análise pela SUSEP, conforme Anexo III;
3. Eventual credor que tiver apresentado recurso ou impugnação ainda não julgado e que não constar no Anexo II ou no Anexo III deve informar sua situação através do e-mail ouvidoria_confianca@confiancaseguros.com.br.
4. O **Quadro Geral de Credores provisório** ora publicado **não serve** como **decisão** acerca dos **recursos e impugnações** que estão pendentes de análise e julgamento pela SUSEP. O QGC será considerado **definitivo** quando, após julgados todos os recursos e impugnações, for

NOTAS EXPLICATIVAS AO QUADRO GERAL DE CREDORES

Data-base: 30 de novembro de 2020

homologado pela SUSEP, do que serão publicados avisos no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação do local da sede da liquidanda e no sítio eletrônico da liquidanda (www.confiancaseguros.com.br) (Art. 79 c/c Art. 80, § 4º, da Instrução SUSEP nº 93/2018).

5. Habilitações retardatárias (assim consideradas as declarações de crédito não feitas no prazo comum marcado aos credores) **serão regular e oportunamente inscritas no Quadro Geral de Credores**, independentemente de, no momento de sua apresentação à massa liquidanda, o QGC possuir caráter provisório ou definitivo. O direito à nova inscrição do crédito não é prejudicado pela publicação ou homologação do QGC, mas eventuais rateios anteriormente pagos não serão admissíveis aos créditos retardatários (Art. 83 da Instrução SUSEP nº 93/2018).
6. Habilitações provenientes de **ações judiciais ainda em andamento**, a partir de seu trânsito em julgado e da constituição dos correspondentes títulos executivos judiciais, **também serão devidamente inscritas no Quadro Geral de Credores**. Nesse caso, se a ação tiver sido ajuizada antes do início do pagamento dos créditos da categoria a que ela se refere e se o pagamento desta categoria se iniciar enquanto tal ação ainda estiver em trâmite, o valor correspondente à sua provisão será devidamente **reservado** e garantido em relação ao pagamento das categorias subsequentes.
7. Aqueles que possuírem **ações judiciais com decisões transitadas em julgado** que reconheçam a exigibilidade de obrigação desta liquidanda e constituam títulos executivos judiciais (Art. 515 da Lei nº 13.105/2015) deverão apresentar documento idôneo (sentença; acórdão; certidões de publicação e de trânsito em julgado) e **Certidão para Habilitação de Crédito** emitida pelo respectivo Juízo, se possível, acompanhada de memória de cálculo, com a discriminação dos credores com direito ao crédito e seus respectivos valores. Independentemente da Certidão emitida, a habilitação do crédito **obedecerá** estritamente ao dispositivo de **sentença** ou **acórdão**.
8. A **impugnação** é o instrumento legal previsto exclusivamente para contestar a legitimidade, o valor ou a classificação de créditos **constantes** no Quadro Geral de Credores (Art. 62, parágrafo único, da Resolução CNSP nº 395/2020). Eventuais créditos **não constantes** no Quadro Geral de Credores ora publicado são passíveis de **habilitação retardatária** e, em caso de indeferimento desta pela massa liquidanda, de apresentação de **recurso** perante a SUSEP.
9. Para os créditos inseridos, modificados ou excluídos no Quadro Geral de Credores ora publicado em comparação com o Quadro Geral de Credores publicado em **setembro/2020**, cabe impugnação dentro do prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir de 21 de setembro de 2020 (Art. 26 da Lei nº 6.024/1974; Art. 63 da Resolução CNSP nº 395/2020; Art. 80 da Instrução SUSEP nº 93/2018). Tais créditos encontram-se destacados na cor vermelha no arquivo que contempla o **QGC Provisório Analítico – Data-base Novembro/20**. Para os

NOTAS EXPLICATIVAS AO QUADRO GERAL DE CREDORES

Data-base: 30 de novembro de 2020

demais créditos (assim considerados os que constaram no Quadro Geral de Credores publicado em **setembro/2020**), o prazo para impugnação já se encontra expirado.

10. A impugnação deve ser apresentada por escrito, devidamente justificada e acompanhada dos documentos julgados convenientes, através do e-mail impugnacao@confiancaseguros.com.br, ou encaminhada via correspondência para a Rua Sete de Setembro, nº 627, Porto Alegre/RS, CEP 90010-190. No documento de impugnação, o impugnante deverá apresentar seus meios de contato: endereço, telefone e e-mail. O titular do crédito impugnado será notificado pela liquidante (caso não seja este quem esteja impugnando o crédito) que, a contar da data do recebimento da notificação, terá o prazo de 05 (cinco) dias para oferecer as alegações e provas convenientes à defesa de seus direitos. Caberá à SUSEP a decisão sobre as impugnações (Art. 102 do Decreto-lei nº 73/1966; Art. 78 do Decreto nº 60.459/1967; Art. 26, §§ 2º e 3º, da Lei nº 6.024/1974; Art. 63 da Resolução CNSP nº 395/2020; Art. 80 da Instrução SUSEP nº 93/2018).
11. Tanto as impugnações quanto os recursos **deferidos** pela SUSEP serão imediatamente inscritos no QGC e, assim, constarão no **Quadro Geral de Credores definitivo** (Art. 26, § 4º, da Lei nº 6.024/1974; Art. 80, § 4º, da Instrução SUSEP nº 93/2018).
12. Os credores que se julgarem prejudicados pelo não provimento do recurso interposto, ou pela decisão proferida na impugnação, poderão prosseguir com seus pleitos na esfera judicial, dando ciência do fato à liquidante para que esta reserve fundos suficientes à eventual satisfação dos respectivos pedidos (Art. 103 do Decreto-lei nº 73/1966). Decairão do direito assegurado neste artigo os interessados que não o exercitarem dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o QGC for considerado definitivo (Art. 27 da Lei nº 6.024/1974; Art. 64 da Resolução CNSP nº 395/2020; Art. 82 da Instrução SUSEP nº 93/2018).

Pagamento dos Créditos

13. A Classificação de Direito indicada no **QGC Provisório Analítico – Data-base Novembro/20** informa as prioridades para o pagamento dos créditos habilitados, de modo que será obedecida a seguinte ordem legal (Arts. 83 e 84 da Lei nº 11.101/2005; Art. 69 da Resolução CNSP nº 395/2020; Art. 70 da Instrução SUSEP nº 93/2018):
 - i. **Créditos Trabalhistas e Equiparados** (limitados a 150 salários mínimos considerados à época da decretação da liquidação extrajudicial, ou seja, R\$ 108.600,00)
 - ii. **Créditos Tributários e Equiparados;**
 - iii. **Créditos com Privilégios Especiais;**
 - iv. **Créditos Quirografários;**

NOTAS EXPLICATIVAS AO QUADRO GERAL DE CREDORES

Data-base: 30 de novembro de 2020

- v. **Multas;**
- vi. **Créditos Subordinados.**

14. Os credores por **Direitos de Restituição**, relacionados no Anexo IV, possuem caráter **extraconcursal** e, por esta razão, não integram o Quadro Geral de Credores. Para aqueles que **não** estão vinculados a ações judiciais ainda em andamento, a restituição dos valores devidos independe de autorização prévia e pode ser solicitada a qualquer momento através do email ouvidoria_confianca@confiancaseguros.com.br (Art. 68, §5º da Instrução SUSEP nº 93/2018).
15. A partir de **04 de janeiro de 2021** serão iniciados os pagamentos dos créditos regularmente inscritos na categoria de **Créditos Trabalhistas e Equiparados**. Conforme a disponibilidade de recursos, os pagamentos das demais categorias se darão após a homologação e autorização por parte da SUSEP, e ainda não possuem data definida.
16. Não haverá prioridade de pagamentos entre credores que estiverem dentro de uma mesma categoria estabelecida pela legislação (Art. 83 da Lei nº 11.101/2005), salvo nos casos em que a lei expressamente estabelecer essa preferência. Assim, poderá haver rateios se não forem obtidos recursos financeiros suficientes para a quitação de todos os credores de determinada categoria constantes no QGC (Art. 104 do Decreto-Lei nº 73/1966; Art. 80 do Decreto nº 60.459/1967; Art. 962 da Lei nº 10.406/2002).
17. Os dados cadastrais dos credores habilitados devem ser mantidos atualizados perante a massa liquidanda, por meio do sítio eletrônico www.confiancaseguros.com.br.

Juros e Atualizações Monetárias

18. Os créditos classificados nas categorias **Trabalhista, Privilégios Especiais, Quirografários, Multas e Subordinados** são atualizados mensalmente pelo índice IPCA-15 (Art. 85 da Instrução SUSEP nº 93/2018).
19. Os créditos classificados na categoria **Tributários e Equiparados** são atualizados mensalmente pelo índice IPCA-E. A diferença entre o crédito tributário corrigido pela taxa SELIC e o crédito tributário atualizado pela IPCA-E é contabilizada segregada do principal, em conta específica, e somente será devida após integralmente pago o passivo (Art. 70 da Instrução SUSEP nº 93/2018).
20. Com a decretação da liquidação extrajudicial, **cessa a fluência de juros**, enquanto não **integralmente** pago o passivo (Art. 98, “c”, do Decreto-Lei nº 73/1966; Art. 74, “c”, do Decreto

NOTAS EXPLICATIVAS AO QUADRO GERAL DE CREDORES

Data-base: 30 de novembro de 2020

nº 60.459/1967; Art. 18, “d”, da Lei nº 6.024/1974; Art. 16, III, da Resolução CNSP nº 334/2015; Art. 84 da Instrução SUSEP nº 93/2018). Portanto, os juros não integram o QGC, mas são contabilizados em conta específica do passivo (Art. 98 do Decreto-Lei nº 73/1966; Art. 84, § 1º, da Instrução SUSEP nº 93/2018).